

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº     , DE 2007**  
**(Da Sra. BEL MESQUITA)**

Acrescenta parágrafos ao art. 235 do  
Regimento Interno, para dispor sobre a  
concessão de licenças maternidade e  
paternidade em casos de adoção.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º O art. 235 do Regimento Interno passa a vigorar  
acrescido dos parágrafos 2º e 3º, renumerando-se os demais:

*“Art. 235 .....*

*§ 2º Às Deputadas que adotarem ou obtiverem  
guarda judicial de criança, será concedida licença à  
adotante, mantidas as garantias da licença-gestante, com  
prazos de:*

*I – cento de vinte dias, se a criança tiver até um ano  
de idade.*

*II – sessenta dias, se a criança tiver mais de um ano  
e até quatro anos de idade.*

*III – trinta dias, se a criança tiver mais de quatro  
anos e até oito anos de idade.*

*§ 3º Aos Deputados que adotarem crianças de até  
oito anos, será concedida licença ao adotante de cinco  
dias, mantidas as garantias da licença-paternidade.*

*.....”(NR)*

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua  
publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de Resolução destina-se a introduzir na Câmara dos Deputados, mediante atualização do Regimento Interno, os direitos relativos à maternidade e à paternidade nos casos de adoção.

A Constituição Federal de 1988 já trazia, em seu texto original (art. 7º, XVIII e XIX), dispositivos de proteção à maternidade e à infância, de modo a assegurar às mães licença-maternidade de cento e vinte dias e aos pais licença-paternidade em termos definidos por lei. Tais direitos foram interpretados pelo Poder Judiciário como limitados aos pais biológicos, excluindo-se os casos de adoção.

Diante desse contexto, a legislação infra-constitucional foi modernizada para que as mães e pais adotivos também pudessem usufruir desse direito, que é sobretudo voltado à proteção da criança. Atualmente, as servidoras públicas federais e as trabalhadoras seguradas da Previdência Social já têm assegurados tais direitos.

No caso do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a alteração que assegurava às Deputadas e Deputados a licença-gestante e licença-paternidade veio com a Resolução nº15, de 2003. Contudo, a referida Resolução não contemplou os casos de adoção como passíveis de concessão das aludidas licenças.

Assim, diante dessa lacuna, o presente projeto de Resolução tem o propósito de incorporar formalmente ao Regimento Interno o direito à licença maternidade e paternidade para os casos de adoção. É importante destacar que os prazos da licença aos adotantes obedecem aos limites fixados na Constituição Federal. Devem ainda, de modo isonômico, ser observadas às mães e pais adotivos, as mesmas garantias das licenças já concedidas às mães e pais biológicos.

Acreditamos, por fim, no caráter justo da medida, e por isso, solicitamos o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em        de        de 2007.

**Deputada BEL MESQUITA**  
**PMDB/PA**